

Ameaçado o acordo

Ao que se supunha, não haveria dificuldades para que o Senado aprovasse o esquema do acordo com os bancos credores estrangeiros (term sheet). Efetivamente, com grande habilidade o ex-ministro Marcílio Marques Moreira convidou em setembro o senador José Fogaça para assistir à reunião anual do FMI-Banco Mundial, o que lhe permitiu acompanhar a questão do acordo. Teve assim o senador o raro privilégio de participar do encontro que o nosso ministro manteve com o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus. Este assinalou claramente na oportunidade a importância da reconciliação do Brasil com a comunidade bancária internacional e da ajuda que o organismo pretendia dar ao País, para que se levasse adiante o projeto. O senador também assistiu à assinatura do term sheet com os bancos credores, tendo salientado a necessidade de conclusão, o mais rapidamente possível, do processo que poria termo aos efeitos da moratória.

A tradução do term sheet a ser submetido ao Senado demandou muito tempo (trata-se de texto muito complexo), esperando-se porém que o acordo fosse aprovado em Comissão no último dia 2. Mas os trâmites do processo de impeachment do presidente Collor determinaram o adiamento da votação para o dia 3, o que, entretanto, não ocorreu por terem três dos senadores requerido vistas da matéria, embora já tivessem sido satisfeitas as exigên-

cias apresentadas pelo senador José Fogaça. Em consequência, adiou-se para o dia 9 a votação da Comissão. Somente depois o assunto poderá ser discutido em plenário. Tais adiamentos representam lamentável atraso, por indisponem os bancos credores, que têm prazo até 30 de junho (prorrogável até novembro) para aderir ao texto elaborado pela comissão que os representa. O atraso é relevante, por se ter decidido que, uma vez aceito pelo Senado o term sheet, o Brasil passaria, até que se completasse o acordo de reestruturação, a pagar 50% em lugar de 30%, como ocorre atualmente, dos juros devidos. No entanto, existem outros obstáculos que nos parecem mais graves.

O relator da Comissão especial, o senador José Fogaça, introduziu uma novidade: sugeriu que o Senado desse aprovação definitiva somente quando se conhecessem as opções escolhidas pelos bancos credores. De fato, se todos optassem pelo bônus de conversão garantido por títulos do governo norte-americano (coupon zero), não disporíamos dos recursos necessários à compra dos títulos, especialmente se se considerar que para tal compra deveríamos contar com empréstimos do FMI, do Banco Mundial, do BID e do aporte de dinheiro novo dos bancos, empréstimos esses de



montante que atualmente desconhecemos e que poderão até não se concretizar se não conseguirmos reanimar o crédito stand by com o FMI.

A sugestão do senador Fogaça não nos parece justificável. Em primeiro lugar, deixa a impressão de que o Senado deu apenas uma aprovação provisória. Por outro lado, o próprio term sheet estabelece que o Brasil poderá recusar as propostas dos bancos se se verificar a excessiva concentração das opções num só tipo. No entanto, ao que nos parece, não é daí que vem o perigo. O pedido de vistas da matéria feito por três parlamentares assume feições mais perigosas quando se consideram os argumentos e as dúvidas apresentados, notadamente pelo senador Luiz Eduardo Suplicy. Ele gostaria em primeiro lugar de saber se temos realmente a capacidade de pagar o que for previsto (valor que somente será conhecido depois que alguns dos 800 bancos tiverem apresentado suas propostas quanto às opções escolhidas, propostas, aliás, que podemos recusar). Mas há um argumento ainda mais sutil: antes de aprovar o term sheet, o Senado deveria completar o processo de impeachment e pôr fim à interinidade do governo Itamar Franco. Com efeito, segundo alguns senadores, somente depois de guinda-

do definitivamente à Presidência, estará o vice-presidente da República em exercício em condições de definir sua política econômica (até com um novo Ministério...), o que por sua vez poderá afetar nossa capacidade de pagamento em divisas estrangeiras. Efetivamente, S. Exa. já deu a entender que gostaria de reduzir as entradas de divisas, as quais, na sua opinião, afetam a política monetária.

Não nos parece que tal tese poderá ser aceita pela maioria do Senado, que está plenamente convencido da importância, para a nossa economia, de se pôr termo a esse longo período de confronto com a comunidade bancária internacional, pendência que tanto custou ao Brasil em termos de crescimento econômico. Infelizmente, a curto prazo (aquele do sr. Itamar Franco...), essas idas e retornos afetam dramaticamente nosso crédito no Exterior. Antes mesmo de ter aprovado o term sheet, a comunidade financeira internacional havia dado provas concretas da confiança que voltara a conceder ao Brasil. Tivemos um fluxo excepcional de capitais em nosso favor: nos dez primeiros meses conseguimos ingressos duas vezes superiores aos de todo o ano de 1991. Mas, desde outubro — e mais ainda em novembro —, sentimos dificuldades para captar recursos externos. É mais um “efeito Itamar Franco” que, esperamos, o Senado logo procurará extinguir de modo definitivo.